

Procuradora quer magistrado a explicar processos judiciais

Congresso. Joana Marques Vidal quer um procurador no gabinete de imprensa para explicar “pedagogicamente ao público” os processos

FILIPA AMBRÓSIO DE SOUSA
e CARLOS RODRIGUES LIMA

A procuradora-geral da República, Joana Marques Vidal, quer explicar aos cidadãos os casos em investigação através da colocação de um magistrado do Ministério Público (MP) no seu gabinete de imprensa. “Há inúmeras matérias de natureza jurídica que devem ser pedagogicamente explicadas ao público”, afirma a titular da investigação criminal numa entrevista dada ao jornal publicado pelo Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (SMMP) no decorrer do congresso que ontem terminou no Algarve.

“Especificando: este gabinete deveria ter uma vertente de tratamento jornalístico da informação mas simultaneamente ter o rigor jurídico e a capacidade de comunicar de forma simples e acessível para o exterior.” Na mesma entrevista, Joana Marques Vidal adianta ainda que, a 8 de abril, será lançado um portal com toda a informação do MP. “Este será o portal de entrada para toda a informação do MP e que futuramente integrará a informação relativamente às procuradorias-gerais distritais do Porto e Lisboa.” Para isso, a Procuradoria lançou um concurso para a criação da imagem gráfica do Ministério Público.

Na sessão de ontem do X Congresso, Adriano Cunha, vice-procurador-geral da República, confirmou a criação deste portal como reflexo de uma das “preocupações de atendimento ao público por parte da Procuradoria-Geral. E quanto à informação da atividade do Ministério Público, ela vai surgir o mais rápido possível nesse portal anunciado”.

Na sexta-feira, à saída da sua intervenção no evento, Joana Marques Vidal garantia que há que mudar o estado das coisas face ao segredo de justiça. “A violação do segredo é uma responsabilidade que não pode ser somente assacada ao MP. Há que reconhecer que, de todos os intervenientes do sistema de justiça, fomos os únicos a ter a preocupação de fazer uma auditorias”, dizia a PGR.

Críticas à reforma da justiça

No início da sessão de ontem, o diretor executivo do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, João Paulo Dias, criticou a implementação “em tão curto espaço de tempo” da reforma judiciária. “Muitos aspetos ficaram para trás numa reforma apelidada de reforma dos 100 anos, nomeadamente os estatutos”, explica o sociólogo que acrescenta ainda que não acredita, tal como prometido

pela ministra, que esta reforma seja ainda aprovada nesta legislatura. O investigador assumiu ainda que uma das falhas do novo mapa dos tribunais passa por este “não bater certo” com os restantes serviços de educação, saúde, registos, medicina legal e segurança social. “E o facto de não haver este encaixe faz que seja mais difícil a que haja serviço de qualidade para os cidadãos.”

Rui Cardoso, no discurso de encerramento, assumiu que estes próximos tempos são de resistência. “Há que resistir àqueles a quem incomoda a separação de poderes, que não gostam de que a justiça recuse ser instrumental e submissa à economia e finança. Resistindo, teremos razão para o otimismo”, alerta o líder da estrutura sindical que em março abandona o cargo. Rui Cardoso insiste na rápida aprovação dos estatutos e ainda na passagem da tutela da Polícia Judiciária para o MP, saindo da alçada governamental. Ideia rejeitada por Paula Teixeira da Cruz. O líder do SMMP admitiu ainda que a nova lei da organização judiciária trouxe dificuldades acrescidas à estrutura liderada por Joana Marques Vidal, já que afastou os cidadãos da justiça, aconselhando que “o Ministério Público deve atenuar o afastamento através do atendimento ao público”.